



O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA REURBANIZAÇÃO DE VILLAS

Articulação de saberes na conformação da paisagem coletiva em Buenos Aires

The role of the university in the reurbanization of villas
Articulation of knowledge in the conformation of the collective landscape in
Buenos Aires

Valentín Arechaga

*PROURB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Brasil*

valentin.arechaga@fau.ufrj.br

RESUMO

O trabalho pretende abarcar as interações e articulações entre a FADU/UBA e a sociedade nos projetos de reurbanização de favelas (chamadas de villas) em Buenos Aires, especificamente a partir do ano 2016. Em nossa metodologia de exposição, procuramos construir um quadro que seja claro e acessível para a comunidade acadêmica latinoamericana, especialmente para as/os estudantes de arquitetura e urbanismo. De forma dialéctica, tomaremos os exemplos de Barrio Padre Mugica, Playón Chacarita, Villa 20 y Barrio Rodrigo Bueno para pesquisar os processos de reurbanização e seus resultados na construção da paisagem de cada bairro. Desta forma pretendemos colaborar com a ideia de conceber a Universidade pública como lugar de debate das questões urbanas urgentes e como elemento de vínculo comunitário com as diversas realidades urbanas.

Palavras-chave: reurbanização, villas, arquitetura e urbanismo, Buenos Aires

Eixo temático:3. Dinâmicas Urbanas.

Tópico:Bairros informais

ABSTRACT

The work intends to cover the interactions and articulations between the FADU/UBA and the society in the projects of urbanization of villas in Buenos Aires, specifically from the year 2016. In our methodology, we seek to build a framework that is clear and accessible for the Latin American academic community, especially for students of architecture and urbanism. In a dialectical way, we will take the examples of Barrio Padre Mugica,

Playón Chacarita, Villa 20 and Barrio Rodrigo Bueno to research the processes of urbanization and the results in the construction of the landscape of each neighborhood. In this way, we intend to collaborate in the idea of conceiving the public University as a place for debating urgent urban issues and as an element of community bonding with the various urban realities.

Keywords: reurbanization, villas, architecture and urbanism, Buenos Aires

Thematic clusters: 3. Urban Dynamics.

Topic: Informal settlements.

Introdução

Em Buenos Aires, nos processos de urbanização e reurbanização das villas, manifesta-se em segundo plano um interesse político da prefeitura (GCBA) em homogeneizar os tecidos e demonstrar sua presença em territórios historicamente marginalizados. Curiosamente, cada processo de urbanização é acompanhado ou faz parte de um projeto urbanístico promovido pelo mercado imobiliário e destinado à “cidade do automóvel”, desconsiderando o tecido social que compõe os territórios. A partir do ano 2016, se realiza conjuntamente um projeto para quatro villas: Barrio Padre Mugica, antiga Villa 31 y 31 bis; Barrio Rodrigo Bueno; Villa 20 e o Barrio Papa Francisco e Playón de Chacarita¹. Todas elas com características diferentes e saberes e identidades próprias, apoiadas em articulações com instituições e universidades. Ao mesmo tempo, ainda que com todas as contradições que se apresentam nesses processos, trata-se da primeira vez que o poder público se demonstra interessado em tais tecidos de forma sistêmica.

No texto, apresentaremos resumidamente e discutiremos os processo de criação e participação e o lugar que teve e tem a faculdade de arquitetura (uma presença também marcada por contradições), no debate dos territórios populares. Para discutir cada projeto de reurbanização, vamos partir de uma análise diacrônica dos processos fazendo foco através de uma abordagem paisagística e iremos relatar elementos e momentos de articulação a partir do ponto de vista do vínculo humano de cada projeto de reurbanização, apresentando a discussão como uma conformação territorial da questões urbanas como um todo.

Os momentos que queremos demonstrar das diferentes reurbanizações e projetos habitacionais são, em grande medida, diversos, mas na maioria podemos deduzir que os resultados não são coerentes com o projeto inicial e as alterações posteriores não respondem às demandas da população, muitas vezes prejudicando pessoas que ocupariam as novas moradias. Desta forma, podemos pensar que ditos processos se tornam construções da paisagem impostas pelo mercado e pelo Estado, sem compromisso em materializar a vontade real das moradoras e dos moradores. Nesse contexto, a Universidade junto com a militância e atuação de profissionais que já possuem vínculo com os territórios, pode fazer a diferença. Essa atuação conjunta aparece como respostas à ineficiência da gestão e às atitudes, às vezes, violentas do Estado em suas diferentes esferas de atuação.

Pensamos que os processos urbanos de projetos em favelas na América Latina são fundamentais para a formação de arquitetura e urbanismo, mas muitas vezes os territórios apresentam especificidades e complexidades parecendo realidades distantes da faculdade e sendo difíceis de compreender e assimilar por estudantes. Esse trabalho pretende colaborar na tradução dos processos, trazendo uma análise justamente dos momentos nos quais o saber acadêmico se articula com o território para um entendimento mais palatável de ser abordado na faculdade.

1. Dos anos 90 a hoje

Focaremos nas políticas e leis de urbanização e reurbanização que começam no ano 2016. Vale esclarecer, contudo, que as políticas anteriores provenientes na maioria dos anos 90, com o programa de *radicación* (permanência)² de villas e o que foi realizado na gestão anterior, fazem referência quase exclusivamente à

¹ Playón de Chacarita vinculado com a abertura da avenida Triunvirato, Barrio Rodrigo Bueno com a construção do bairro Solares de Santa María perto do local, e a Villa 20 com a construção da Vila Olímpica para os Jogos Olímpicos da Juventude de 2018 (Barrios, Magno, 2018: 105)

² Vale esclarecer que radicación, *radicación*, significa garantir o direito à moradia no próprio território o oposto da erradicação, *erradicación*, remoção, expulsão.

posse e legalidade de terras nas villas da cidade. Essa primeira instância representa uma discussão sobre a propriedade e domínio da terra e deixa de lado as características e qualidade dos direitos e serviços de cada território. Em síntese, trata-se de um formato individualista e capitalista de “formar parte” da cidade a partir de uma posse de terra, sem garantir o acesso efetivo aos direitos e serviços urbanos. Esse conjunto de leis não dá conta completamente das necessidades e demandas da população, mas, pelo menos, propõe uma visão diferente e mais humana que a da remoção das comunidades, modelo herdado de governos militares, ainda que também tenha sido utilizado em governos democráticos, para confrontar a urgente questão urbana de déficit de moradia e qualidade da paisagem urbana. Exemplo disso foi a candidatura do prefeito do governo anterior de Buenos Aires (do mesmo partido político da gestão atual) em 2007, que propôs a remoção da Villa 31 (Vitale, Fassina, 2017) a mais antiga da cidade. Como resposta a essa proposta, por exemplo, cria-se a *Mesa por la Urbanización y Radicación de la Villa 31-31 bis*, espaço de assembleia e reunião de moradoras/es, representantes de movimentos sociais e acadêmicos (Capalbo, Percossi, 2020).

No Plano Urbano Ambiental do ano 1991 as villas são incluídas pela primeira vez como distritos de zonificação especial da cidade e a Constituição da cidade de Buenos Aires de 1996 traz pela primeira vez a questão do déficit habitacional como prioridade na discussão do projeto urbano e o direito à moradia como um direito básico. No ano 2016, momento em que os projetos de reurbanização se iniciam, um meio de comunicação publica uma matéria na qual o atual prefeito expõe sua postura afirmando: “Quiero una ciudad sin villas” (Corsalini, 2016). Essa afirmação é feita posteriormente ao início de algumas obras realizadas em villas da cidade no ano 2015, como Los Piletones, Barrio Pirelli e INTA (Antiga Villa 19) que consistiram, em síntese, em um processo de “maquiagem urbana” em vez de uma urbanização real (Vitale, Fassina, 2017).

Nos últimos anos pretende-se estabelecer uma diferença entre urbanização e reurbanização, sendo o primeiro termo supostamente incorreto para tratar de villas na medida em que desconsidera o existente construído junto com o tecido social como elementos conformadores da paisagem urbana, como se tratassem de lotes vazios ou uma folha em branco. A ideia do termo reurbanização é interessante mas pensamos que lamentavelmente muitas vezes se limita a uma alteração apenas de vocabulário, não condizente com a prática das gestões. Como já nos alertava Leslie Kern sobre a utilização desses termos: “Revitalização, reurbanização, renovação, reativação e regeneração formam parte do vocabulário elegido por urbanistas, políticos, promotores e a agentes imobiliários, credores hipotecários e outros. Esses defensores do desenvolvimento fomentam iniciativas em grande escala que são impulsadas por cidades e empresas e que estão projetadas para transbordar de reinvestimento (mais palavras com “r”)” (Kern, 2022: 24, tradução nossa).

2. A paisagem da reurbanização

A reurbanização está baseada basicamente em duas formas de projeto habitacional que são materializados no espaço, que nem sempre respeitam as urgências do bairro: 1) Criação de moradias novas e 2) restauro de fachadas no centro histórico, conhecido como *macizo*.

No projeto das fachadas do *macizo* formam parte um conjunto de ideias como: abertura de pátios, vãos, consolidação de estruturas, paisagens internas e núcleos de infraestrutura doméstica. Contudo, durante a execução dessas obras, apenas se resolve o que é aparentemente mais simples e o mais visível, ou seja, pequenas obras de embelezamento de reboco e pintura das moradias existentes.

Em todo caso, todos esses exemplos se enquadram em um tipo de urbanização de construções predeterminadas ou da continuação de uma construção imposta pelo mercado e acompanhada pelo Estado, em vez de uma verdadeira transformação da paisagem e sua construção social.

Más bien, lo que se pudo ver con la ejecución del Proyecto de Reurbanización de algunas villas de la Ciudad de Buenos Aires, y con fuerza en la 31 y 31 bis, es que en todos los casos dichos procesos estuvieron asociados a la ejecución de grandes proyectos urbanos y/o grandes obras de infraestructura orientadas a la dinamización económica de la ciudad, en la que la nueva gobernanza urbana y la retórica participativa funcionaron como estrategias de legitimación de tal proceso de mercantilización. Estos procesos expusieron el estrecho

vínculo entre el estado y el mercado, y también, los límites de las instancias de participación para la canalización de los intereses de la sociedad civil. (Zapata et al 2020: 425)

Junta Vecinal é um termo latinoamericano utilizado especialmente no Perú e na Bolívia e consiste em uma organização comunitária que procura garantir a participação, representação e identificação de vizinhas/os na realização e aplicação das políticas públicas. Na Argentina, o termo começa a aparecer na década de 1970, especificamente no projeto do Plano Piloto para a Villa 7. Tal junta, neste projeto, atuou em conjunto com arquitetas/os da Universidad Nacional de La Plata (UNLP), a fim de levar a cabo um processo de urbanização participativo e inclusivo³.

No caso da Villa 20, a *Junta Vecinal* se articulou com o *Taller Libre de Proyecto Social* (TLPS), cátedra de arquitetura da Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Buenos Aires (FADU/UBA), para conformar a *Mesa Activa por la Reurbanización*. Posteriormente, com a chegada do Estado, através do Instituto de la Vivienda de la Ciudad (IVC), conforma-se a *Mesa de Gestión Participativa* (MGP). O bairro Padre Francisco é um caso de urbanização posterior a uma ocupação de terras públicas (no ano 2014) e ao surgimento de um assentamento popular⁴, que contou com o acompanhamento e um projeto por parte do TLPS, que já tinha experiência de metodologia participativa no Barrio Mugica (Antigas Villa 31 e Villa 31 bis). O conceito de território, utilizado por acadêmicos e grupos sociais para referir-se às villas na Argentina surge a partir das épocas das remoções realizadas por governos militares como forma de sustentar os tecidos sociais como parte inseparável do lugar que habitam. A paisagem portanto refere-se à relação interna e sua presença e articulação com o entorno natural e construído.

3. A faculdade e o poder da paisagem

O projeto para o Barrio Mugica começa através de um projeto acadêmico realizado na FADU/UBA. Em 2000, na sua defesa de tese de doutorado, o professor Javier Fernandez Castro, autor e promotor do projeto de *Espacialidad Humana*, afirma que essa experiência é o único caso de urbanização de um bairro popular latinoamericano com origem na facultade de arquitetura e trata-se da única pesquisa surgida na UBA que se converteu em lei. Tal projeto desenvolveu uma série de encontros, assembleias e reuniões, denominadas como “mesa histórica”, composta por atores sociais do território. O projeto serviu de base para a lei de reurbanização do bairro (Fernandez Castro, 2010). Por razões políticas, os mentores do projeto, tanto da Universidade quanto do território, acabaram sendo excluídos da realização do projeto. Há uma série de diferenças entre o projeto inicial e o resultado das obras. Podemos mencionar, como exemplo, o fato da torre do mirante, que consistia em um prédio de uso misto de moradia e escritórios, não ter sido construída em nenhum dos conjuntos habitacionais, reduzindo de forma significativa a quantidade de moradias e escritórios e inviabilizando a ideia e qualidade de um espaço de uso misto e flexível, com diferentes níveis de uso coletivo. Mas, vendo os resultados construtivos e a grande quantidade de problemas devido a baixa qualidade das obras e materiais, podemos deduzir que, dessa forma, sem os elementos em altura, os problemas de manutenção e traumas familiares que moram nessas novas unidades foram reduzidos.

O GCBA pretendia no ano 2006 realizar um projeto de recuperação ambiental na parte da reserva ecológica localizada no bairro de Puerto Madero, justamente onde se encontra, desde os anos 80, o Bairro Rodrigo Bueno, a partir da remoção dessa comunidade⁵. Em defesa do próprio bairro, moradoras/es se reuniram com representantes de universidades e associações para realizar um plano de integração urbana e social a fim de

³ Em 1971, o Plano Piloto de Realocação da Villa 7 em Buenos Aires, reuniu uma Equipe Técnica formada por um grupo de arquitetos e arquitetas, destacando as figuras de Osvaldo Cedron, Compagnucci e Azarri formados pela Universidade de La Plata. A metodologia interessante para a época é a formação da referida equipe técnica e uma equipe social que representasse a população da Villa. Desta forma, foi garantida e incentivada a participação da população nas fases de construção e nas fases anteriores de discussão e projeto, o que permitiu fortalecer a ideia de projeto coletivo e apoiar a participação como elemento fundamental para o diagnóstico e implementação de políticas públicas. Foram criados os seguintes elementos de discussão e trabalho conjunto: Reuniões com os Conselhos de Bairro; reuniões com grupos familiares; assembleias com todo o bairro e participação direta e indireta da população.

⁴ Aqui queremos destacar a diferença entre assentamento popular e villa, onde o primeiro caso é uma ocupação de terras e posterior urbanização considerando as presenças das famílias

⁵ Rebatizado em homenagem ao artista argentino Rodrigo Bueno, morto em um acidente de carro no ano 2000. Ele foi uma das vozes mais importantes da história do *cuarteto*, estilo musical característico da província de Córdoba, conhecido na Argentina como *El Potro* ou simplesmente Rodrigo.

não serem expulsos. Dessa forma, no ano 2009, o decano da FADU/UBA, o arquiteto Jaime Sorin, que anteriormente havia participado do ICV e em mesas de trabalho, realiza um informe sobre a factibilidade de urbanização, deixando claro que não havia sentido em urbanizar o território sem a comunidade e sua participação no processo. Há muitos anos, havia se formado um vínculo afetivo entre o arquiteto e a comunidade, o que tornou possível que essa articulação prosperasse e funcionasse da melhor forma, com maior liberdade para o diálogo e à participação, a partir de uma vontade real e interesse em criar uma metodologia de trabalho participativo e comunitário.

O projeto do TLPS e o processo de trabalho articulado com a comunidade encara com responsabilidade e foco na paisagem urbana a necessidade de materializar as principais demandas da população quando se aproxima de moradoras/es, a partir do momento da tomada de terras em 2014. Quer dizer, no Ateliê entenderam que esse espaço livre (e abandonado) na cidade já tinha, desde esse momento um uso residencial, se posicionando contra todos os esforços do governo e mesmo de parte do mundo acadêmico (incluindo a FADU/UBA), que desejavam remover as pessoas que tinham se instalado no local, evidenciando a crise habitacional da cidade. A paisagem urbana passa, desta forma, a ser ordenada a partir de uma solução de moradia social pensada a longo prazo, com propostas ecológicas, algumas como as coberturas verdes que nunca foram materializadas, a otimização do espaço coletivo e uso sustentável de energia por exemplo.

Uma das formas comuns de trabalho conjunto em processos de urbanização são, por exemplo, as oficinas por quadra (*manzana*) e em que geralmente não é permitida a participação de uma pessoa de fora daquele quarteirão. Com essa metodologia, contudo, as demandas são divididas e não dão conta de construir um consenso sobre a necessidade real. Isso é exatamente o oposto da proposta do TLPS no projeto desenvolvido junto a comunidade Habitat Villa 31 y 31 bis, no qual cada “zoom” em uma quadra representa uma forma de regeneração urbana e é necessária para um projeto urbano consciente e democrático. Aliás, este não é o maior alcance deste zoom, pois, a princípio, o diálogo é feito lote a lote, casa por casa, até conformar um núcleo de análise territorial. O trabalho desenvolvido entre os anos 2009 e 2014 pelo TLPS realizou-se com base em diferentes metodologias e objetivos, articulados entre a faculdade de arquitetura e a comunidade, apresentando diferentes propostas de projeto de morfologias de quarteirão para dar conta de seus problemas característicos.

A partir de 2016, projetos e concursos de arquitetura de cima para baixo começaram a ser desenvolvidos e promovidos com o objetivo de melhorar e prestar serviços na comunidade e na cidade. Todos estes são altamente controversos devido a diferentes fatores. A chamada “maior escola da cidade”, o Polo Educativo Maria Elena Walsh, é o produto de um concurso de arquitetura realizado pela FADU/UBA. As bases do concurso foram muito criticadas pela Sociedade Central de Arquitectos (SCA) por não ter sido apresentada de forma clara e anónima, por exemplo. Outro projeto desse tipo é o parque nas alturas, que propõe uma ideia utópica de “mover” um trecho da rodovia e criar um parque no elevado abandonado, também promovido pela UBA. O vencedor foi um professor da casa, mas o projeto não foi realizado por razões desconhecidas. Este projeto incluía uma realocação da população do *bajo autopista*.

O Ministério de Educação da Cidade é construído e está localizado na Villa 31, promovendo uma suposta integração da moradia com o entorno, mas as pessoas que moram nas proximidades não enxergam os benefícios desta obra. Muitos desses exemplos evidenciam como o papel da universidade é contraditório no planejamento urbano participativo. Mas o pensamento e o trabalho desenvolvido durante muitos anos por professores da casa, articulado com os grupos sociais, acabam por dar uma forma mais humana ao projeto de requalificação urbana.



Fig. 01. Praça Wipala no Barrio 31. Fonte: Elaboração própria. O novo prédio do ministério de educação da cidade se vê como um imenso bloco detrás das casas e construções. Em primeiro plano vemos um espaço público central, a praça Wipala deserta e descaracterizada, espaço não contemplado pelo projeto de reurbanização, conhecida no bairro, depois da reurbanização como a “placita del terror.”

No artigo 3. III das leis de reurbanização de Playon Chacarita e Rodrigo Bueno é relegada à universidade o papel de convidada pelo conselho de bairro que compõe a referida mesa, juntamente com outros atores e representantes de outras instituições. Como diz Maria Cristina Cravino (2022), embora cada reurbanização tenha sua própria lei, as leis são praticamente iguais. Em todo caso, nos parece interessante destacar as diferenças do artigo primeiro de ambas as leis, quanto ao objeto de cada uma delas (Tabela 1):

LEY M - N° 5.798 - Reurbanización, Zonificación e integración socio-urbana del Barrio Rodrigo Bueno .	LEY M - N° 5.799 - Reurbanización, Zonificación e integración socio-urbana del Barrio "Playón Chacarita"
ARTÍCULO 1°.- Dispónese la reurbanización, zonificación e integración social, cultural y urbana del Barrio Rodrigo Bueno, con la permanencia de los vecinos en el mismo, ello basado en los principios de igualdad, de justicia espacial, integración, no discriminación y del derecho a la Ciudad.	ARTÍCULO 1°.- El objeto de la presente ley es la reurbanización, zonificación e integración social, cultural, ambiental y urbana del Barrio denominado Playón Chacarita; ello basado en los principios de igualdad, de justicia espacial, de integración, de no discriminación y del derecho a la Ciudad, mediante la implementación de medidas que permitan superar las condiciones de vulnerabilidad social de los habitantes del barrio con el fin de lograr una inclusión social plena y permanente.

Tabela 01. Comparação das leis de reurbanização Rodrigo Bueno e Playon Chacarita. Elaboração própria

A ideia de não erradicar os moradores da Villa Rodrigo Bueno não é garantia de que serão os moradores atuais que irão habitar as novas casas construídas pelo projeto de reurbanização. O que vemos atualmente é que a cidade ocupada permanece praticamente a mesma, mas que as novas moradias não são acessíveis às

peças que ali vivem, portanto, é um mascaramento da realidade, uma maquiagem urbana, que possibilita simplesmente uma oferta de moradia mais barata em um bairro de alto poder aquisitivo, mas que não garante o acesso e permanência das pessoas e a articulação com a paisagem.

Como síntese do exposto fazemos um quadro comparativo das reurbanizações (Tabela 02). No exemplo da Villa 20 temos então uma mesa ativa que trabalha em conjunto com outros movimentos e representantes do território. Nesta mesa ativa atuam pessoas da FADU e Engenharia, que apoiam as demandas da comunidade desde a tomada do terreno em 2014. Após a lei de reurbanização, o IVC surge como encarregado de realizar o projeto urbanístico e um dos canais de discussão e participação com as pessoas é a Mesa de Gestão e Participação. Contudo, diante do enorme número de demandas, críticas e pessoas que querem participar, esta fica reduzida à Mesa Técnica para dialogar diretamente com os representantes e depois voltaria ao MGP os principais assuntos a serem discutidos com a comunidade. Ao mesmo tempo, a Mesa Ativa continua a funcionar não só como interlocutor com a sociedade, mas como elo e empresa no lugar (Prieto, 2021). As MGP são instâncias realizadas por aparatos governamentais, que constam nas respectivas leis de urbanização como um espaço de participação e diálogo. Desta forma, as requalificações são colaborações em menor ou maior grau com diferentes esferas acadêmicas e associações que promovem um espaço de participação.

Para ter uma ideia geral da situação nas villas portenhas na atualidade, a lei de *Distrito de Integración Productiva e Impulso al Trabajo en Barrios Populares*, que não foi discutida nas MGP, conhecida como “ley farmacity”, propõe a instalação de grandes empresas com benefícios impositivos nos bairros populares, com o pretexto de ativar a economia dos bairros, contudo, o que vemos na realidade é a destruição da pequena empresa local e o emprego. Isto coloca em evidência a verdadeira visão mercantilista do governo e a sua atitude violenta de indiferença e a falta de interesse na participação cidadã, já que mais uma vez as vozes do território são ignoradas. Esta lei foi aprovada depois da pandemia, momento em que muitas pessoas, mulheres na maioria, tiveram que começar com um pequeno comércio no bairro. Nos perguntamos então: Qual seria o lugar da faculdade de arquitetura e urbanismo neste cenário complexo?

	Villa 20	Playón Chacarita	Rodrigo Bueno	Villa 31 y 31 bis
2005				Mesa Histórica
2007				Mesa por la Urbanización y Radicación de la Villa 31-31 bis
2009		Informe sobre la factibilidad de urbanización		Mesa de Gestión y Planeamiento (MGyP)
2011	Secretaría de Hábitat e inclusión social (Ministerio de Desarrollo Social)			
2014	Mesa Activa por la Reurbanización			
2015		Mesa Abierta		
2016		Instituto de la Vivienda ⁶		Secretaría de Integración Social Urbana (SISU)
	Mesa de Gestión Participativa (MGP)			Mesa Disidente
2017		Mesa de Gestión Participativa (MGP)	Mesa de Gestión Participativa (MGP) Mesa técnica barrial	Mesa de trabajo: Mesa técnica y Mesa abierta
2019	Mesa Técnica			Unidad de Proyectos Espaciales. Urbanización Padre Carlos Mugica
2021				Unidad Ejecutora 489. Integración Social y Urbana Villa 31
2022		Distrito de Integración Productiva e Impulso al Trabajo en Barrios Populares		

Tabela 02. As diferentes frentes urbanas das villas de Buenos Aires. Elaboração própria.

4. Conclusões

Na FADU/UBA são desenvolvidos dois exemplos de articulação do saber acadêmico com o saber local de localidades da cidade. Ambas as cátedras coincidem no Barrio Padre Carlos Mugica, além de desenvolverem suas metodologias em outros territórios e ministrar disciplinas sobre esses temas até hoje.

Dessa forma, nos interessa abordar os seguintes aspectos das articulações com a universidade: 1) os momentos em que a universidade entra ou pode entrar na discussão sobre a urbanização de vilas e favelas; 2) a duração das articulações; 3) a preparação do material de referência, bibliográfico e metodológico e sua leitura e disponibilização 4) a relação, distâncias e diálogo com os movimentos sociais, o papel da comunidade e 5) o estudo das metodologias e dos diferentes territórios latino-americanos na universidade como material teórico, de estudo e aberto para análise posterior para as próximas gerações de estudantes.

⁶ Criado há mais de 50 anos, no ano 1967 com o nome Comisión Municipal de la vivienda, organismo responsable de 1976 a 1983 pela maior remoção de villas da história argentina no projeto de *Erradicación de villas de Emergencia*, tirando a mas de 200 mil pessoas das proprias casas.

Dessa forma, podemos considerar as articulações de diferentes casos, produzir uma síntese dos elementos do conhecimento urbano para formar ou material teórico para a arquitetura e urbanismo.

Fica claro então, que a articulação de uma frente urbana, que engloba tanto os movimentos sociais, o grupo de atores sociais, quanto a academia, não deve impedir a atuação no território nem as engrenagens de outras articulações. Pelo contrário, deve encorajar as diversas formas de trabalho em diferentes escalas que funcionam em tempos diferentes (diferentes dias da semana, por exemplo) para promover a atuação conjunta de discussão da maior quantidade de questões e demandas possível das comunidades.

As colaborações com a Faculdade de Arquitetura, especificamente, por vezes caem no esquecimento e não são explicitadas para a sociedade no projeto final, mas pensamos que o processo de diálogo e construção conjunta, na medida do possível, colabora na construção da paisagem comunitária .pois é um passo no reconhecimento das ações sociais no território e uma forma de atuação desde baixo. Justamente se formos capazes de retomar esses processos de requalificação como material de estudo e discussão para a faculdade de arquitetura, provavelmente teremos um projeto mais integrado, aberto, com diferentes propostas e alternativas.

Na medida em que a arquitetura se destaca pelo projeto de habitação popular ou “fazendo casinhas” (Corti, Jauregui, 2003) ela deixa de lado a paisagem e o espaço coletivo. Pensamos que o espaço coletivo na urbanização deve ser o eixo do projeto. Assim, o primeiro objetivo é desenvolver uma reflexão sobre o próprio processo de urbanização e o que significa urbanização especificamente como um eixo transversal constituído por todos os elementos que é a paisagem do espaço coletivo.

Em geral, os exercícios de projeto desenvolvidos na universidade não focam em apenas um dos diferentes aspectos da urbanização (quarteirão, infraestrutura e limites), mas propõem pensar todos esses elementos juntos ou mais de um exemplo ao mesmo tempo, o que pode ser interpretado como uma visão holística da paisagem. Embora o escopo seja definido em enunciados, as metodologias sempre acabam ampliando os exercícios sobre diversos temas e interesses. Então, um dos motivos pelos quais é importante aproveitar a faculdade para estudar com as favelas é porque na carreira, o mercado imobiliário, seu urbanismo especulativo e destrutivo não tem a menor importância ou não deveria ter. Assim, podemos nos livrar do senso individualista e competitivo do mercado para abordar projetos mais humanos e urgentes.

5. Referencias

- BARRIOS, R. A. e MAGNO, J. (2018) Los procesos de re urbanización de villas en Ciudad de Buenos Aires. Aportes para analizar el caso de Villa 20, Lugano. Congreso Internacional Vivienda y Ciudad: Debate en torno a la Nueva Agenda Urbana (103 -113)
- CAMELLI, M. E. (2019) De la radicación a la urbanización. Avatares de un término en clave neoliberal. El caso de la Villa 31; Universidad Nacional de José C. Paz; Bordes. Revista de Política, Derecho y Sociedad; 5-6 (1-9).
- CAPALBO, T. y PERCOSSI BOSSERO, F.L. (2020) La urbanización de la Villa 31 en su contexto: un estado de la cuestión de la rehabilitación del barrio de Retiro (2015-2019). Cuaderno Urbano. Espacio Cultura y Sociedad. v 29 - n., pp. 139-164.
- CIUDAD DE BUENOS AIRES (2017) LEY M - N° 5.799. Reurbanización e integración socio-urbana del barrio denominado "Playón Chacarita".
- CIUDAD DE BUENOS AIRES (2017) LEY M - N° 5.798. Reurbanización, Zonificación e integración socio-urbana del Barrio Rodrigo Bueno.
- CRAVINO, M. C. (2022) Desigualdades urbanas y normas para la intervención en asentamientos informales de la ciudad de Buenos Aires (1996-2019). Revista de Direito da Cidade. Vol. 14, N.03., 2022, p. 2116-215.
- FERNADEZ CASTRO, J. (2010) Barrio 31 > Carlos Mugica Posibilidades y límites del proyecto urbano en contextos de pobreza. Buenos Aires, Instituto de la Espacialidad Humana, 2010.
- KERN, L. (2022) La gentrificación es inevitable y otras mentiras. Buenos Aires: Ediciones Godot.
- MONTANER, J.M. e MUXI, Z. (2021) Política e arquitetura. Por um urbanismo do comum e ecofeminista. São Paulo. Olhares.
- MASSIDA, A. L. (2017) Participación en la construcción popular del hábitat. Una revisión del Plan Piloto para Villa 7 en Buenos Aires. Carta econômica regional. v. 29 | n. 120 (105-130)
- MASSIDA, A. L., CAMELLI, E. e SNITCOFSKY, V. (2023) "Villas miseria" en Buenos Aires hacia mediados del siglo xx: tensiones políticas y primeras conceptualizaciones estatales. EURE. v.49, n. 147 (1-21)
- PEDRO, B. (2017) Espacios académicos que aborden la formación de los profesionales que intervienen en el hábitat desde el compromiso con los intereses y necesidades populares. Hábitat y Sociedad, n. Universidad de Sevilla (79-98)
- PRIETO, M. E. (2021) La mesa activa por la reurbanización de la villa 20. Un abordaje etnográfico de procesos de movilización colectiva. Zaranda ideas. v.19, n.2 (24-39).
- RODRIGUEZ, M. C. e Di VIRGILIO, M., M. (2014) Ciudad de Buenos Aires: políticas urbanas neoliberales, transformaciones socio-territoriales y hábitat popular. Revista de Direito da Cidade. vol.06, nº 02, pp 323-347
- SNITCOFSKY, V.L e CAMELLI, E. (2016) Primer Plan de Radicación para la Villa 31 Un antecedente a la defensa del Derecho a la Ciudad en Buenos Aires (1972- 1974). Quid 16, n.6 (27-46)
- SNITCOFSKY, V.L. (2015) Villas de buenos aires: historia, experiencia y prácticas reivindicativas de sus habitantes (1958-1983). Tesis de doctorado, Facultad de filosofía y letras, Universidad de Buenos Aires.
- SORIN, J. (2022) Cualquier propuesta definitiva deberá ser parte de una tarea colectiva que involucre a los profesionales y a a los habitantes del barrio. Rodrigo Bueno. El proceso de integración sociourbana. Revista Institucional de la Defensa Pública de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires v. 12, n. 29 (297-300) .
- TORRES CARRASCO, A. de O. (2016) De Villa 31 A Bairro Padre Mujica: Um Processo De Projeto. Políticas Públicas Para Assentamentos Urbanos Precários Na América Latina: Percursos E Transformações Em Debate. IV Enanparq (1-19)
- VITALE, P e FASSINA, R. (2017) Acuerdo para la Urbanización de Villas: un proceso colectivo para la integración socio-urbana de los asentamientos informales. Medio Ambiente y Urbanización, V 86, n 1, (169-190).

ZAPATA, M. C. et al. (2020) Gobernanza y conflicto. Dilemas de la participación social en el proceso de re-urbanización de la Villa 31 y 31 bis en la Ciudad de Buenos Aires (Argentina) . Revista do Direito da Cidade. v. 12, n.1 (420-453).

Fontes eletrónicas

CORSALINI, C. (2016) Larreta: "Quiero una ciudad sin villas". Diario Perfil,16/10/2016 Sociedad. Disponible em: <https://www.perfil.com/noticias/sociedad/larreta-quiero-una-ciudad-sin-villas.phtml>.

(Acessado 20/04/2023)

CORTI, M e JAUREGUI, J. (2003) "Políticas para construir ciudad, no para hacer casitas". Café de las ciudades. 10/2006. Urbanidad, contemporánea, Río de Janeiro Disponible em:

<https://cafedelasciudades.com.ar/articulos/politicas-para-construir-ciudad-no-para-hacer-casitas/>

(Acessado 25/04/2023)